STJ00097484

AMAURI MASCARO NASCIMENTO
SÔNIA MASCARO NASCIMENTO

INICIAÇÃO AO DIREITO DO TRABALHO

39ª edição

LTr®

STJ00097484

LTr®
EDITORA LTDA.

© Todos os direitos reservados

Rua Jaguaribe, 571
CEP 01224-001
São Paulo, SP — Brasil
Fone (11) 2167-1101
www.ltr.com.br

LTr 5021.7
Janeiro, 2014

Produção Gráfica e Editoração Eletrônica: R. P. TIEZZI
Projeto de Capa: FABIO GIGLIO
Impressão: ORGRAFIC GRÁFICA E EDITORA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Nascimento, Amauri Mascaro

Iniciação ao direito do trabalho / Amauri Mascaro Nascimento. — 39. ed. — São Paulo : LTr, 2014.

Bibliografia

ISBN 978-85-361-2813-9

1. Direito do trabalho 2. Direito do trabalho — Brasil I. Título.

13-13455 CDU-34:331

Índice para catálogo sistemático:
1. Direito do trabalho 34:331

Sys: 992598

ÍNDICE SISTEMÁTICO

Primeira Parte
SUPORTES HISTÓRICOS E DOGMÁTICOS DO DIREITO DO TRABALHO

Capítulo I. HISTÓRIA GERAL DO DIREITO DO TRABALHO

1. Sociedade pré-industrial 43
   A — Escravidão 43
   B — Corporações de ofício 43
   C — Locação 43
2. Sociedade industrial e trabalho assalariado 44
   A — Aspectos econômicos 44
   B — Aspectos políticos 44
   C — Aspectos jurídicos 44
   D — A ideia de justiça social 45
3. Primeiras leis trabalhistas 45
   A — Forma e fins 45
   B — Constitucionalismo social 45
   C — Constituição do México (1917) 45
   D — Constituição da Alemanha (1919) 45
   E — Carta del Lavoro (1927) 46
   F — Primeiros destinatários das leis trabalhistas 46
4. História contemporânea 46
5. A sociedade pós-industrial 47
6. O direito do trabalho do século XXI 47
7. Temas para pesquisa 49

Capítulo II. HISTÓRIA DO DIREITO DO TRABALHO NO BRASIL

1. Fatores influentes 50
   A — Influências externas 50
   B — Influências internas 50
2. Leis principais 50

A — Constituições brasileiras 50
B — Primeiras leis ordinárias 51
3. Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) 52
A — Características 52
B — Significado 52
4. Leis posteriores 52
5. Constituição de 1988 52
A — Assembleia Nacional Constituinte 52
B — Diretrizes 53
C — Regras gerais e específicas 54
D — Regulamentação 55
E — Desenvolvimento do direito coletivo 55
6. Efeitos do desemprego 55
7. Os três grupos de leis 57
8. As reformas do Governo Lula 58
9. O período posterior 58
10. Temas para pesquisa 59

Capítulo III. DEFINIÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO, DIVISÃO E ORGANIZAÇÃO DO CURSO

1. Definições de direito do trabalho 60
A — Definições subjetivistas 60
B — Definições objetivistas 60
C — Definições mistas 60
D — Nossa definição 60
E — Conceito de direito e de direito do trabalho 61
2. Disciplinas do curso 65
A — Critérios 65
B — Divisão deste curso 65
3. Apreciações gerais 66
A — Introdução ao direito do trabalho 66
B — Direito internacional do trabalho 67
C — Direito individual do trabalho 67
D — Direito sindical ou coletivo 67
E — Direito público do trabalho 67
F — Direito processual do trabalho 67
G — Direito de seguridade social 67

4. Organização do curso 68
5. Temas para pesquisa 69

Capítulo IV. FUNÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO

1. O sistema de valores do direito do trabalho 70
A — Função tutelar 70
B — Função conservadora ou opressora do Estado 70
C — Função econômica 71
D — Função social 71
E — Função coordenadora 71
2. Flexibilização do direito do trabalho 71
3. Direito alternativo 73
4. Humanismo do direito do trabalho 73
5. Tendências 74
6. A defesa do emprego 75
7. A crise econômica e os despedimentos 76
8. O direito do trabalho como direito das condições de trabalho 77
9. Temas para pesquisa 81

Capítulo V. NATUREZA DO DIREITO DO TRABALHO

1. Teorias 82
A — Direito público 82
B — Direito privado 82
C — Direito social 83
D — Direito misto 83
E — Direito unitário 83
2. Direito do trabalho como direito privado 84
3. Temas para pesquisa 84

Capítulo VI. ORDENAMENTO JURÍDICO

1. Conceito de ordenamento jurídico 85
2. Sistemas de relações de trabalho 86
A — Classificação 86
B — Concepções político-econômicas 86
C — Concepções jurídicas 86
D — O pluralismo do direito do trabalho 87
3. O Estado e as leis 87
A — Leis constitucionais 87
B — Proteção constitucional do trabalho 88

C — Trabalho como direito e como dever 89
D — Constituição e outras normas 89
E — Natureza normativa dos princípios constitucionais 89
F — Aplicação da Constituição 89
G — Princípios e normas da Constituição Federal de 1988 90
H — Leis ordinárias 91
I — Leis ordinárias comuns e especiais 92
J — Leis ordinárias dispositivas e proibitivas 93
K — Leis ordinárias subsidiárias 93
L — Poder Executivo e regulamentação das leis 93
4. Autonomia coletiva e negociações coletivas 94
A — Autonomia coletiva 94
B — Negociação coletiva 94
C — Contrato coletivo 95
D — Contrato coletivo substitutivo ou cumulativo 95
E — Convenção coletiva 95
F — Natureza normativa da convenção coletiva 96
G — Efeito cumulativo das convenções coletivas 96
H — Efeitos obrigacional e normativo da convenção coletiva 96
I — Acordo coletivo 97
J — Legitimação para acordo coletivo 97
K — Coexistência de acordo e de convenção coletiva 97
L — Pactos sociais 97
M — O poder sindical na formulação de normas trabalhistas 98
5. A empresa e o seu regulamento 100
A — Conceito de regulamento de empresa 100
B — Tipos de regulamentos de empresa 101
C — Características do direito brasileiro 101
6. Composição heterônoma dos conflitos e normas 102
A — Composição dos conflitos 102
B — Justiça do Trabalho 103
C — Jurisprudência 103
D —Poder normativo e sentenças normativas 104
E — Justiça Comum 105
F — Justiça Federal 105
G — Jurisprudência e lei 105
H — Técnicas de uniformização 106
I — Arbitragem e laudo arbitral 107

7. Usos e costumes 107
8. Perspectivas 109
9. Temas para pesquisa 110

Capítulo VII. APLICAÇÃO DAS NORMAS JURÍDICAS

1. Complexidade do ordenamento 111
A — Plurinormatividade 111
B — Unidade ou dualidade de ordenamentos 111
C — Coerência do ordenamento 111
2. Hierarquia 111
A — Escalonamento das normas 111
B — Princípio da norma favorável ao trabalhador 112
C — Derrogações ao princípio 113
3. Interpretação 113
A — O ato interpretativo 113
B — Teorias e técnicas do direito comum 114
C — Interpretação do direito do trabalho 114
D — Interpretação casuística 115
4. Integração das lacunas 115
A — Conceito 115
B — Analogia 115
C — Equidade 116
5. Eficácia da lei trabalhista 116
A — Aspectos 116
B — Eficácia no tempo 116
C — Irretroatividade 117
D — Efeito imediato 117
E — Eficácia no espaço 117
F — Princípio da territorialidade 117
G — Algumas leis 117
6. Temas para pesquisa 118

Capítulo VIII. PRINCÍPIOS DO DIREITO DO TRABALHO

1. Noção de princípios jurídicos 119
A — Princípios como valores fundantes da ordem jurídica 119
B — Jusnaturalismo 119
C — Positivismo 120
D — Natureza jurídica dos princípios 120

E — A pessoa do trabalhador 120
F — Direitos de personalidade 121
G — Proibição de discriminação 122
H — Igualdade 123
I — Dignidade 124
J — Dano moral 125
K — Assédio moral 125
L — Assédio sexual 126
M — Meio ambiente do trabalho e a defesa da vida, saúde e integridade física do trabalhador 128
N — Proteção às pessoas com necessidades especiais 131
O — Proteção ao emprego 131
P — Proteção à remuneração 131
Q — Proteção ao descanso 131
R — Garantias coletivas 132
2. A lei trabalhista e a função dos princípios 132
A — A função integrativa dos princípios segundo a CLT 132
B — A função diretiva dos princípios 132
3. Princípios constitucionais do direito do trabalho 132
A — Princípios gerais do direito aplicáveis no direito do trabalho 132
B — Princípios específicos do direito do trabalho 134
4. A construção doutrinária 135
5. Temas para pesquisa 137

Capítulo IX. ÂMBITO DE APLICAÇÃO

1. Âmbito pessoal 138
A — Empregados 139
B — Domésticos 139
C — Aprendizes 139
D — Trabalhadores em domicílio 139
E — Avulsos 139
F — Temporários 140
2. Trabalhadores excluídos 140
3. Teletrabalho 141
4. Âmbito material 142
5. O enquadramento do microempreendedor individual 143
6. Tendências 143
7. Temas para pesquisa 144

SEGUNDA PARTE
INTERNACIONALIZAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO

Capítulo I. ORGANIZAÇÕES, NORMAS E DIREITO PRIVADO

1. Organização Internacional do Trabalho — OIT 147
2. Tratados e convenções internacionais 147
A — Tratado 147
B — Convenção 148
C — Ratificação 148
D — Obrigatoriedade 148
3. Comunidades internacionais 148
A — União Europeia 148
B — Mercosul 150
4. Declarações internacionais 151
5. Direito internacional privado 152
6. Transformações 152
7. Temas para pesquisa 153

Terceira Parte
DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO. CONTRATO DE TRABALHO

Capítulo I. CONTRATOS DE TRABALHO E RELAÇÕES DE TRABALHO

1. Conceito 157
2. Natureza jurídica 159
A — Teorias 159
B — Contratualismo 159
C — Anticontratualismo 159
D — Lei brasileira 160
E — Teoria da situação jurídica 160
F — Vínculo pessoal-obrigacional 161
3. Classificação 162
A — Forma 163
B — Prazo 163
C — Outros tipos 165
4. Diferença de outras figuras 165
A — Contratos de direito civil 165
B — Sociedade 165
C — Empreitada 166

D — Mandato 167
E — Prestação de serviços 167
F — Contrato de transporte 168
G — Contrato de agência ou distribuição 168
H — Representação comercial 168
I — Corretagem 169
J — Contrato de fornecimento 169
K — Administração 169
L — Cooperados 170
M — Arrendamento e parceria rural 172
5. Tendências 172
6. Temas para pesquisa 172

Capítulo II. CONCEITO DE EMPREGADO

1. Requisitos legais da definição de empregado 174
A — A lei 174
B — Pessoa física 174
C — Continuidade 174
D — Subordinação 174
E — Conceito de subordinação 175
F — Salário 176
G — Pessoalidade 176
H — Nossa definição 177
2. Diferença entre empregado e trabalhador autônomo 178
A — Importância da diferença 178
B — Elementos de diferenciação 178
3. Diferença entre empregado e trabalhador eventual 179
A — Teorias 179
B — Teoria do evento 179
C — Teoria dos fins 179
D — Teoria da descontinuidade 179
E — Teoria da fixação 179
4. Diferença entre empregado e trabalhador avulso 180
A — Conceito de avulso 180
B — Direitos 181
C — Trabalho portuário 181
5. Diferença entre empregado e trabalhador temporário 182
A — Definição de temporário 182

B — Trabalho temporário e por prazo determinado 183
C — Temporário e eventual 183
D — Agências de colocação 183
E — Locação permanente 183
6. Diferença entre empregado e estagiário 184
7. Trabalho voluntário 185
8. Transformações 186
9. Temas para pesquisa 186

Capítulo III. TIPOS ESPECIAIS DE EMPREGADO

1. Empregado doméstico 187
2. Empregado rural 190
3. Empregado em domicílio e teletrabalho 191
A — Conceito de empregado em domicílio 191
B — Conceito de teletrabalho 192
C — Elementos do teletrabalho 192
D — Natureza do teletrabalho 192
4. Empregado aprendiz 192
5. O problema do diretor de sociedade 193
6. Empregado acionista 197
7. Empregado exercente de cargo de confiança 197
8. Mãe social 198
9. Novas figuras 199
10. A proteção do idoso 199
11. Temas para pesquisa 199

Capítulo IV. TRABALHO DA MULHER

1. Fundamentos da proteção especial 201
2. Capacidade para contratar trabalho 202
3. Igualdade salarial 202
4. Eliminação de proibições 202
5. Proteção à maternidade 203
6. Licença à mãe 204
7. Temas para pesquisa 205

Capítulo V. TRABALHO DO MENOR

1. Fundamentos da proteção especial 206
2. A proteção legal ao menor no Brasil 207

3. Menor empregado 208
4. Menor aprendiz 208
5. Menor assistido 209
6. Primeiro emprego 209
7. Tendências 210
8. Temas para pesquisa 211

Capítulo VI. PROFISSÕES COM NORMAS ESPECIAIS

1. Enumeração 212
2. Órgãos profissionais de fiscalização 215
3. Apreciações gerais 217
4. Temas para pesquisa 217

Capítulo VII. TRABALHO RURAL

1. Natureza interdisciplinar do tema 218
2. Política agrícola, fundiária e reforma agrária 218
3. Política legislativa trabalhista 219
A — Sistemas jurídicos 219
B — Política legislativa no Brasil 219
C — Fontes formais 219
4. Conceito de trabalho rural, trabalhador e empregador rural 219
A — Trabalho rural 219
B — Trabalhador rural 220
C — Empregador rural 220
5. Direitos individuais do trabalhador rural 220
A — Direitos comuns aos do trabalhador urbano 220
B — Direitos específicos do trabalhador rural 222
6. Organização sindical rural 223
7. Principais questões jurídicas 223
A — Âmbito pessoal de aplicação da lei 223
B — Falsos contratos de direito civil 224
C — Prescrição 224
D — Contrato de safra 224
E — Mecanização da lavoura e desemprego 224
F — Tempo *in itinere* 224
G — Categorias diferenciadas 224
H — Chefe de família, mulher e filhos 225
I — Intermediação de mão de obra 225

J — Salário-utilidade 225
K — Cooperativa rural 225
L — Condomínio rural 225
M — Consórcio rural 226
8. Temas para pesquisa 226

Capítulo VIII. CONCEITO DE EMPREGADOR

1. Definição da CLT 227
A — Empresa 227
B — Equiparações 228
2. Tipos de empregador 228
3. Responsabilidade do sócio e do administrador 229
4. Terceirização das atividades da empresa 230
5. Modificações 232
6. Temas para pesquisas 233

Capítulo IX. GRUPO DE EMPRESAS

1. Conceito 234
2. Responsabilidade solidária 237
3. O problema do grupo de empresas como empregador único 237
A — Teorias da solidariedade ativa e passiva 237
B — Lei brasileira 237
4. Temas para pesquisa 238

Capítulo X. PODER DE DIREÇÃO DO EMPREGADOR

1. Fundamentos e natureza 239
A — Fundamentos 239
B — Natureza 239
2. Poder de organização 240
A — Dimensões 240
B — Limitações 241
3. Poder de controle 241
4. Poder disciplinar 242
A — Teorias 242
B — Direito brasileiro 242
5. Temas para pesquisa 243

Capítulo XI. SUCESSÃO DE EMPRESAS

1. Conceito 244
2. Fundamentos 244
3. Efeitos 245

4. Reformas 246

5. Temas para pesquisa 246

Capítulo XII. ALTERAÇÃO NA ESTRUTURA JURÍDICA DA EMPRESA

1. Conceito 247

2. Efeitos 247

3. Temas para pesquisa 248

Quarta Parte
FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA RELAÇÃO DE EMPREGO

Capítulo I. ADMISSÃO DE EMPREGADO

1. Natureza e forma 251

A — Teoria subjetivista 251

B — Teoria objetivista 251

C — Ato-condição 251

D — Natureza contratual 252

E — Forma 252

F — Leis estrangeiras 252

2. Duração do contrato 253

3. Cabimento do contrato a prazo 254

A — Transitoriedade 254

B — Serviço transitório 254

C — Atividade empresarial transitória 254

D — Contrato de pessoal acima do número fixo 255

4. Contrato de experiência 256

A — Conceito 256

B — Natureza 256

5. Carteira de Trabalho e Previdência Social 257

A — Natureza 257

B — Obrigatoriedade 257

6. Registro 258

7. Problemas pré-contratuais 258

8. Capacidade do empregado e nulidade do contrato 259

A — Capacidade 259

B — Efeitos da incapacidade 260

9. Temas para pesquisa 261

Capítulo II. ALTERAÇÃO NAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

1. Conceito e tipos 262

2. Princípio legal da imodificabilidade 264
3. Princípio doutrinário do *jus variandi* 265
4. Temas para pesquisa 266

Capítulo III. SUSPENSÃO E INTERRUPÇÃO DO CONTRATO

1. Conceito 267
A — Diferença entre as duas figuras 267
B — Desnecessidade da dupla denominação 267
2. Efeitos 268
A — Dificuldade de enquadramento 268
B — Enumeração de casos 268
3. Contratos a prazo 269
4. Dispensa do empregado 270
5. Hipóteses não previstas 270
6. Faltas ao serviço 270
7. Temas para pesquisa 272

Capítulo IV. TRANSFERÊNCIA DE EMPREGADO

1. Conceito legal de transferência 273
2. Transferências lícitas 274
A — Regras gerais 274
B — Empregados intransferíveis 274
C — Sustação de transferência 274
D — Transferência para outro país 274
3. Efeitos econômicos da transferência 275
4. Temas para pesquisa 276

Quinta Parte
JORNADA, REPOUSO E FÉRIAS

Capítulo I. JORNADA DE TRABALHO, DENOMINAÇÃO DO TEMA. FONTES FORMAIS

1. Denominação do tema 279
2. Fontes constitucionais 280
3. CLT e legislação esparsa 280
A — Consolidação das Leis do Trabalho (1943) 280
B — Legislação esparsa 280
4. Jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho 281
5. Papel das convenções coletivas 282

6. Temas para pesquisa 283

Capítulo II. ORIGENS DA REGULAMENTAÇÃO LEGAL DA JORNADA DE TRABALHO

1. As primeiras leis sobre limitação da jornada no direito estrangeiro 284
2. A conquista da jornada de 8 horas 284
   A — *Rerum Novarum* 284
   B — Tratado de Versalhes 285
3. A evolução das leis no Brasil 285
4. Normas internacionais sobre jornada de trabalho e horas extras 286
5. Fatores que influíram nas transformações da política de jornada de trabalho 287
6. Temas para pesquisa 292

Capítulo III. CONCEITO DE JORNADA DE TRABALHO

1. Teoria do tempo efetivamente trabalhado 293
2. Teoria do tempo à disposição do empregador 293
3. Teoria do tempo *in itinere* 293
4. Posição do direito brasileiro 294
5. Crítica das teorias 294
6. Natureza das normas sobre jornada de trabalho 295
   A — Natureza publicística 295
   B — Natureza privatística 295
   C — Natureza protecionista 295
   D — Normas complexas 296
7. O problema da renúncia 296
8. Ônus da prova 296
9. Comissionista 296
10. Temas para pesquisa 297

Capítulo IV. CLASSIFICAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

1. Quanto à duração 298
2. Quanto ao período 298
3. Quanto à condição pessoal do trabalhador 298
4. Quanto à profissão 299
5. Quanto à remuneração 299
6. Quanto à rigidez do horário 299
7. Sobreaviso e prontidão 299
8. Revezamento 300

9. Tempo parcial 301

10. Temas para pesquisa 302

Capítulo V. HORAS EXTRAORDINÁRIAS: FUNDAMENTOS DA LIMITAÇÃO DA JORNADA, CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO

1. Fundamentos da limitação da jornada 303

2. Conceito de horas extraordinárias 303

3. Classificação das horas extraordinárias 304

4. Temas para pesquisa 304

Capítulo VI. ACORDO DE PRORROGAÇÃO DE HORAS

1. Conceito 305

2. Forma 305

3. Cabimento 305

4. Duração 306

5. Distrato 306

6. Efeitos 307

7. Denúncia 309

8. Casos especiais 309

9. Recusa do cumprimento do acordo pelo empregado 310

10. Temas para pesquisa 311

Capítulo VII. SISTEMA DE COMPENSAÇÃO DE HORAS

1. Conceito 312

2. Natureza das horas compensadas 314

3. Forma 314

4. Outros aspectos 315

5. Temas para pesquisa 316

Capítulo VIII. HORAS EXTRAS NOS CASOS DE FORÇA MAIOR

1. Conceito de força maior 317

2. Disciplina legal 317

3. Temas para pesquisa 317

Capítulo IX. HORAS EXTRAS PARA CONCLUSÃO DE SERVIÇOS INADIÁVEIS

1. Conceito de serviços inadiáveis 318

2. Disciplina legal 318

3. Temas para pesquisa 319

Capítulo X. HORAS EXTRAS PARA REPOSIÇÃO DE PARALISAÇÕES

1. Fundamento legal 320

2. Disciplina jurídica 320

3. Temas para pesquisa 321

Capítulo XI. EMPREGADOS EXCLUÍDOS DA PROTEÇÃO LEGAL DA JORNADA DE TRABALHO

1. Fundamento da exclusão e apreciação dos casos 322

2. Temas para pesquisa 323

Capítulo XII. HORAS EXTRAS ILÍCITAS. NATUREZA DO ADICIONAL DE HORAS EXTRAS. ADICIONAIS LEGAIS MÍNIMOS. REDUÇÃO DA JORNADA COM DIMINUIÇÃO DO SALÁRIO. INTERVALOS

1. Horas extras ilícitas 324

2. Natureza do adicional de horas extras 325

A — Adicional salarial 325

B — Adicional e gratificação 325

C — Adicional e prêmio 325

3. Adicionais legais mínimos 325

4. Redução da jornada com diminuição do salário 326

5. Intervalos 326

6. Registro de horários 327

7. Temas para pesquisa 328

Capítulo XIII. REPOUSO SEMANAL REMUNERADO

1. Origens na história 329

2. Principais problemas jurídicos 331

3. Temas para pesquisa 332

Capítulo XIV. FÉRIAS

1. Origens na história 333

2. Princípios 333

3. Aquisição do direito 334

A — Período aquisitivo 334

B — Perda do direito 334

4. Duração 335

5. Concessão 335

A — Período concessivo 335

B — Fracionamento 335

C — Direito de coincidência 335
D — Designação 335
E — Comunicação 335
6. Remuneração 336
7. Abono de férias 336
8. Efeitos da extinção do contrato 336
A — Hipóteses 336
B — Férias vencidas 337
C — Férias proporcionais 337
9. Prescrição 338
10. Férias coletivas 339
A — Requisitos 339
B — Empregados com menos de 12 meses 339
11. Convenção n. 132 da OIT 339
12. Temas para pesquisa 342

Sexta Parte
SALÁRIO

Capítulo I. CONCEITO DE SALÁRIO

1. A linguagem da lei 347
2. Posição da CLT 347
A — Indicação de componentes 347
B — Definição no direito estrangeiro 347
C — Contraprestatividade e disponibilidade 348
D — Nossa definição 348
3. Diferença entre salário e outras figuras 349
A — Figuras próximas 349
B — Indenização 349
C — Benefícios previdenciários 349
D — Complementações previdenciárias 349
E — Recolhimentos parafiscais 349
F — Direitos intelectuais 349
4. Natureza da participação nos lucros 350
A — Teorias 350
B — Desvinculação do salário 351
C — Origens 351
D — Principais questões 351

5. Temas para pesquisa 354

Capítulo II. FORMAS DE PAGAMENTO DO SALÁRIO

1. Salário por tempo 355
2. Salário por produção 355
3. Salário por tarefa 356
4. Temas para pesquisa 356

Capítulo III. MEIOS DE PAGAMENTO DO SALÁRIO

1. Pagamento em dinheiro 357
2. Pagamento em cheque ou depósito bancário 357
3. Pagamento em utilidades 357
   A — Conceito e limites 357
   B — Utilidade salarial e não salarial 358
   C — Vale-refeição 359
   D — Vale-transporte 359
   E — Clube de lazer 360
   F — Escola gratuita para os filhos do empregado 360
   G — Seguros 360
   H — Transporte gratuito para o trabalho 361
   I — Complementação de aposentadoria paga por entidade privada 361
   J — Automóvel fornecido ao empregado 361
   K — Habitação 361
   L — Cessão de moradia e infraestrutura a trabalhador rural 361
   M — Valor da utilidade 362
4. Temas para pesquisa 362

Capítulo IV. REGRAS GERAIS DE PROTEÇÃO AO SALÁRIO

1. Periodicidade do pagamento 363
   A — Dia do pagamento 363
   B — Mora salarial 363
   C — Pagamento em audiência 363
2. Prova de pagamento 363
3. Inalterabilidade 364
4. Irredutibilidade 364
5. Controle dos descontos 364
6. Impenhorabilidade 365
7. Temas para pesquisa 366

Capítulo V. VALOR DO SALÁRIO

1. Estipulação do valor 367
2. Salário mínimo 367
   A — Conceito 367
   B — Tipos 368
   C — Princípios constitucionais 368
   D — Salário mínimo e renda mínima 368
3. Salário profissional 369
   A — Conceito 369
   B — Diferença de salário mínimo 369
4. Piso salarial, salário normativo e salário da função 369
   A — Piso salarial 369
   B — Salário normativo 369
   C — Salário da função 370
5. Transformações da legislação brasileira 370
   A — Livre negociação 370
   B — Leis de política salarial 370
6. Temas para pesquisa 372

Capítulo VI. FORMAS ESPECIAIS DE SALÁRIO

1. Abonos 373
2. Adicionais 373
   A — Conceito 373
   B — Tipos 373
   C — Adicional de horas extras 374
   D — Adicional noturno 374
   E — Adicional de insalubridade 374
   F — Adicional de periculosidade 374
   G — Adicional de transferência 375
3. Comissões 375
4. Gratificações 375
   A — Conceito 375
   B — Características do direito brasileiro 376
   C — Classificação 377
   D — Efeitos 377
5. Décimo terceiro salário 378
6. Gorjetas 378

7. Prêmios 379
A — Conceito e fundamento 379
B — Diferença de outras figuras 379
C — Classificação 379
8. Temas para pesquisa 380

Capítulo VII. EQUIPARAÇÃO SALARIAL

1. Princípio da igualdade salarial 382
2. Requisitos da CLT para o direito à equiparação 383
3. Efeitos do quadro de carreira 384
4. Temas para pesquisas 385

Sétima Parte
FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO

Capítulo I. CONCEITO E NORMAS APLICÁVEIS

1. Conceito 389
A — Antecedentes 389
B — Objetivo 389
2. Normas aplicáveis 391
3. Depósitos, saques e principais problemas jurídicos 391
A — Depósitos 391
B — Saques 392
C — Principais problemas jurídicos 393
4. Temas para pesquisa 395

Oitava Parte
FIM DO CONTRATO DE TRABALHO

Capítulo I. EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

1. Apreciações gerais 399
2. Formas 400
3. Temas para pesquisa 401

Capítulo II. DISPENSA DO EMPREGADO

1. Fundamentos e natureza jurídica 402
2. Tipos de dispensa 404
3. Verificações prévias à dispensa 404
4. Efeitos econômicos 405

5. Reformulações 406
6. Temas para pesquisa 406

Capítulo III. ESTABILIDADE

1. Conceito 407
A — Conceito econômico 407
B — Conceito jurídico 407
C — Estabilidade e garantia de emprego 408
2. Evolução das leis 408
3. Classificação 410
A — Estabilidade geral 410
B — Estabilidade especial 410
C — Dirigente e representante sindical 410
D — Representante na CIPA 410
E — Acidentado 411
F — Representante em órgão colegiado 411
G — Gestante 411
H — Membros das Comissões de Conciliação Prévia 411
4. Questões sobre estabilidade especial 411
5. Temas para pesquisa 413

Capítulo IV. DISPENSA ARBITRÁRIA OU SEM JUSTA CAUSA

1. Noções introdutórias 414
A — Continuidade da relação de emprego 414
B — Dispensa arbitrária e justa causa 415
C — Sistemas de justa causa 415
D — Estrutura da justa causa 416
E — Forma da dispensa 417
F — Sindicância 417
G — Local do ato 417
H — Prazo para despedir 417
I — Culpa recíproca 417
2. Figuras de justa causa 417
A — Improbidade 417
B — Incontinência de conduta 417
C — Mau procedimento 418
D — Negociação habitual 418
E — Condenação criminal sem *sursis* 418
F — Desídia 418

G — Embriaguez 418
H — Violação de segredo 419
I — Indisciplina 419
J — Insubordinação 419
K — Abandono de emprego 419
L — Ato lesivo à honra e boa fama 420
M — Ofensa física 420
N — Prática constante de jogos de azar 420
O — Outras justas causas 420
3. Temas para pesquisa 421

Capítulo V. OUTROS MODOS DE EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

1. Extinção por decisão do empregado 422
A — Formas 422
B — Demissão 422
C — Dispensa indireta 423
D — Aposentadoria espontânea 425
2. Extinção por iniciativa de ambos: acordo 426
3. Extinção por desaparecimento dos sujeitos 426
A — Morte do empregado 426
B — Morte do empregador 427
C — Extinção da empresa 427
4. Extinção dos contratos a prazo 427
A — Término do prazo 427
B — Rescisão antecipada 428
5. Homologação 428
A — Conceito 428
B — Prazos 429
C — Efeitos do descumprimento dos prazos 429
6. Quitação 429
7. Temas para pesquisa 431

Capítulo VI. INDENIZAÇÃO DE DISPENSA DO EMPREGADO E OUTRAS

1. Sistema legal 433
A — Da indenização ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço 433
B — Indenização segundo a duração do contrato 433
2. Contratos a prazo indeterminado 434
3. Contratos a prazo 434
4. Teorias que fundamentam a indenização 435

A — Teoria do abuso de direito 435
B — Teoria do crédito 435
C — Teoria do risco 436
5. Indenização adicional 436
6. Indenização por dano moral, dano material e dano estético 436
7. Temas para pesquisa 440

Capítulo VII. AVISO-PRÉVIO

1. Conceito e natureza jurídica 441
A — Origens 441
B — Tríplice dimensão 441
2. Cabimento 441
3. Forma 442
4. Efeitos da concessão e não concessão 442
A — Integração no tempo de serviço 442
B — Efeitos da integração 443
C — Consequências da não concessão 443
D — Natureza do pagamento 443
E — Reconsideração 444
F — Redução da jornada 444
G — Irrenunciabilidade 444
5. Duração 444
6. Aviso-prévio proporcional 444
7. Temas para pesquisa 446

Nona Parte
COLETIVIZAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO

Capítulo I. RELAÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO

1. Relações de trabalho 449
A — Relações individuais e coletivas de trabalho 449
B — Sujeitos das relações coletivas 449
C — Coalizão 450
2. Reflexos jurídicos das relações coletivas de trabalho 450
A — Poder normativo dos grupos sociais 450
B — Interesse público e interesse coletivo 451
C — Interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos 451
3. Temas para pesquisa 452

Capítulo II. LIBERDADE SINDICAL: A CONVENÇÃO N. 87 DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

1. Dimensões do tema 453

2. A Convenção n. 87 da OIT 453

A — Quatro garantias 453

B — Direito de fundação de sindicatos 453

C — Direito de administração de sindicatos 453

D — Direito de não intervenção do Estado 453

E — Direito de filiação 454

F — A legislação brasileira 454

3. Princípios sobre negociação coletiva 456

A — Poder de autorregulamentação 456

B — Funções da negociação coletiva 456

4. Princípios sobre greve 456

A — Greve como direito ou liberdade 456

B — Greve trabalhista e greve política 457

C — Teoria da liberdade 457

5. Fundamentos constitucionais do direito brasileiro 457

6. Observações 458

7. Temas para pesquisa 459

Capítulo III. DIREITO SINDICAL

1. Conceito 460

A — Direito sindical ou direito coletivo? 460

B — Acepções de direito sindical 460

2. História 462

A — Trade unionism (1720) 462

B — Direito de organização 462

C — Primeiros sindicatos no Brasil 462

3. Âmbito do direito sindical 463

4. O direito sindical nas Constituições 463

A — Tipos de Constituições 463

5. O direito sindical nas leis infraconstitucionais 464

6. Tendências 465

7. Temas para pesquisa 465

Capítulo IV. ORGANIZAÇÃO SINDICAL

1. Introdução 466
2. Modelo sindical brasileiro 466
   A — Transformações 466
   B — Conceito de categoria 467
   C — Conceito de categoria profissional diferenciada 467
   D — Dissociação de categorias 468
   E — Entidades de grau superior 468
   F — Membros da categoria e sócios do sindicato 468
3. Liberdade de organização 468
4. Tendências 469
5. Temas para pesquisa 470

Capítulo V. CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA DO SINDICATO

1. Conceito 471
   A — Origem da palavra "sindicato" 471
   B — Definição de sindicato 471
2. Natureza jurídica 471
   A — Sindicatos de fato e de direito 471
   B — Sindicato como pessoa jurídica de direito privado 472
   C — Teorias contratual, institucional e mista 472
3. Temas para pesquisa 472

Capítulo VI. CRIAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E DISSOLUÇÃO DE SINDICATOS

1. Criação 473
   A — Aquisição da personalidade jurídica 473
   B — Registro 473
   C — Ministério do Trabalho e Emprego 474
2. Administração 476
   A — Assembleia, conselho e diretoria 476
   B — Eleições sindicais 476
   C — Relações entre sindicato e Estado 476
   D — Fontes de recursos financeiros 477
3. Dissolução 479
4. Mudanças 480
5. Tendências 480
6. Temas para pesquisa 481

Capítulo VII. FUNÇÕES DO SINDICATO

1. Transformações 482

2. Apreciações gerais 482
3. Temas para pesquisa 483

Capítulo VIII. ENTIDADES SINDICAIS DE GRAU SUPERIOR

1. Federações 484
2. Confederações 484
3. Centrais sindicais 485
4. Principais problemas jurídicos sobre centrais sindicais no Brasil 487
5. A legalização das centrais em 2008 489
6. Tendências 491
7. Temas para pesquisa 491

Capítulo IX. REPRESENTAÇÃO DOS TRABALHADORES NA EMPRESA

1. Origens 492
   A — Representação sindical e não sindical 492
   B — A OIT e a representação dos trabalhadores na empresa 492
   C — Direito estrangeiro 493
   D — Finalidades 494
   E — Morfologia 494
   F — Representação e participação 495
2. Direito brasileiro 495
   A — Constituição de 1988 495
   B — Representação geral e especial 496
   C — O problema da estabilidade no emprego 496
   D — Empresa e estabelecimento 496
   E — Implicações 496
3. Tendências 497
4. Temas para pesquisa 497

Capítulo X. CONFLITOS COLETIVOS DO TRABALHO

1. Conceito e classificação 498
   A — Conceito 498
   B — Conflitos individuais e coletivos 498
   C — Conflitos econômicos e jurídicos 498
2. Formas de composição 499
3. Temas para pesquisa 501

Capítulo XI. NEGOCIAÇÃO COLETIVA

1. Negociação e direito do trabalho 502

2. Contrato individual de trabalho e negociação coletiva 503
3. Função da negociação coletiva 504
4. Etapas do procedimento de negociação 505
5. Níveis de negociação 506
6. Normas da Organização Internacional do Trabalho 507
7. Modelos jurídicos 508
8. A negociação e as Constituições 508
9. Outros aspectos jurídicos 508
10. Tendências 515
11. Temas para pesquisa 515

Capítulo XII. INSTRUMENTOS NORMATIVOS NEGOCIADOS

1. Convenções e acordos coletivos 516
A — Convenções coletivas 516
B — Acordos coletivos 516
C — Problemas jurídicos 517
2. Efeitos das cláusulas dos instrumentos normativos 517
A — Efeito obrigacional 517
B — Efeito normativo 518
C — Incorporação das cláusulas no contrato individual 518
3. Contrato coletivo de trabalho 519
4. Tendências 519
5. Temas para pesquisa 520

Capítulo XIII. A GREVE NO DIREITO DO TRABALHO

1. Conceito 521
2. Greve e outros atos coletivos de conflito 521
A — Boicotagem 521
B — Sabotagem 521
C — Piquetes 521
D — Ocupação de estabelecimento 522
E — Braços cruzados 522
3. Natureza jurídica 522
A — Quanto ao direito positivo 522
B — Quanto aos efeitos sobre o contrato de trabalho 522
4. Fundamentos 522
5. Temas para pesquisa 523

Capítulo XIV. A GREVE NO DIREITO BRASILEIRO

1. Conceito legal de greve 524
A — Constituições de 1937 a 1988 524
B — Leis ordinárias 524
2. Procedimento de greve 525
A — Fase preparatória 525
B — Assembleia sindical 525
C — Aviso-prévio 525
3. Garantias dos grevistas 525
4. Manutenção dos equipamentos 526
5. Serviços essenciais 526
6. Abuso de direito 526
7. Locaute 527
8. Serviço público 527
9. Temas para pesquisa 528

Décima Parte
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Capítulo I. ESTRUTURA, FISCALIZAÇÃO E ATIVIDADES

1. Estrutura 531
2. Fiscalização 531
3. Atividades 533
4. Temas para pesquisa 534

Décima Primeira Parte
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Capítulo I. SOLUÇÃO ESTATAL DOS CONFLITOS: DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

1. Sistemas de solução dos conflitos 537
2. Vantagens e desvantagens do sistema jurisdicional 537
3. Substituição da autodefesa pelo processo 538
4. Solução não estatal dos conflitos: comissões de conciliação prévia 538
5. A mediação e a arbitragem 540
6. Temas para pesquisa 541

Capítulo II. ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

1. Características gerais 542
2. Órgãos 543

3. Jurisdição 544
4. Pessoal 544
5. Procuradoria 544
6. Modificações 545
7. Temas para pesquisa 546

Capítulo III. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

1. Competência em razão da matéria 547
2. Competência territorial 547
3. Alterações 548
4. Temas para pesquisa 549

Capítulo IV. DISSÍDIOS INDIVIDUAIS

1. Conceito 550
2. Procedimento 551
A — Postulação 551
B — Audiência 552
3. Rito sumário 553
4. Procedimento sumariíssimo 553
5. Inquérito judicial para apuração de falta grave 554
6. Mudanças 554
7. Temas para pesquisa 555

Capítulo V. DISSÍDIOS COLETIVOS

1. Conceito 556
2. Competência 556
3. Procedimento 557
4. Sentenças normativas 557
5. O problema do poder normativo da Justiça do Trabalho 558
6. Temas para pesquisa 559

Capítulo VI. EXECUÇÃO

1. Conceito 560
2. Procedimento 560
A — Títulos exequíveis 560
B — Modalidades de execução 560
C — Rito 561
D — Penhora e avaliação 561
E — Praça 561
F — Liquidação da sentença 561

3. Temas para pesquisa 562

Capítulo VII. RECURSOS

1. Conceito 563
2. Modalidades 563
   A — Recurso ordinário 563
   B — Recurso de revista 563
   C — Recurso extraordinário 564
   D — Agravo de petição 564
   E — Agravo de instrumento 564
   F — Embargos para a SDI (Seção de Dissídios Individuais) e SDC (Seção de Dissídios Coletivos) 565
   G — Embargos declaratórios 565
   H — Agravo regimental 565
3. Outros meios de impugnação 566
   A — Revisão do valor da causa 566
   B — Correição parcial 566
4. Temas para pesquisa 567

Décima Segunda Parte
RESPONSABILIDADE PENAL

Capítulo I. FONTES FORMAIS, CÓDIGO PENAL E OUTRAS FONTES

1. Fontes formais 571
2. Código Penal 571
3. Outras fontes 573
4. Temas para pesquisa 573

Décima Terceira Parte
SEGURIDADE SOCIAL

Capítulo I. EVOLUÇÃO HISTÓRICA

1. História universal 577
2. História local 578
3. Temas para pesquisa 580

Capítulo II. DO SEGURO PRIVADO PARA O SEGURO SOCIAL. A ASSISTÊNCIA, A PREVIDÊNCIA E SEGURIDADE SOCIAL

1. O seguro 581
2. Assistência e previdência 581

3. A concepção abrangente 582
4. Temas para pesquisa 583

Capítulo III. SEGURIDADE COMO PRINCÍPIO SOCIAL

1. Seguridade ou segurança? 584
2. Direito estrangeiro 584
3. Direito internacional 584
4. O princípio da segurança social 585
5. Temas para pesquisa 585

Capítulo IV. CARACTERÍSTICAS GERAIS

1. Sistemas de financiamento dos benefícios 586
2. Plano de custeio 586
3. Sistemas de custeio 587
4. Contingências 587
5. Tipos de benefícios 587
6. Seguridade complementar 587
7. A Constituição brasileira de 1988 588
8. A reforma de 1998 588
9. Temas para pesquisa 589

Capítulo V. CUSTEIO DO SISTEMA

1. Fontes 590
2. Receita 590
3. Temas para pesquisa 591

Capítulo VI. BENEFICIÁRIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

1. Segurados 592
2. Dependentes 593
3. Temas para pesquisa 593

Capítulo VII. BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

1. Conceito 594
2. Classificação 594
3. Temas para pesquisa 595

Capítulo VIII. ACIDENTES DO TRABALHO: CARACTERIZAÇÃO E RESPONSABILIDADES

1. Conceito 596

2. Auxílio-acidente 598
3. Integração dos acidentes na previdência social 599
4. Indenização acidentária e indenização civil 599
5. Temas para pesquisa 600

BIBLIOGRAFIA 601